



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
CADERNO 1
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Unidade Demandante:	Núcleo de Apoio a Programas Institucionais
Responsável:	Ana Maria Assis Hudson
e-mail do responsável	napi@trt3.jus.br ; amariaah@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	(31) 3228-7011
Integrante Demandante:	Ana Maria Assis Hudson
e-mail do Integrante Demandante:	napi@trt3.jus.br ; amariaah@trt3.jus.br
Telefone do Integrante Demandante:	(31) 3228-7011
Unidade Requisitante:	Assessoria de Projetos e Contratações Especiais
Responsável:	Elaine Petrocchi da Costa Vieira
e-mail do responsável:	apce@trt3.jus.br ; elainecv@trt3.jus.br
Telefone do responsável:	(31) 3228-7006

I) APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)

Implementar ações relacionadas à divulgação e à sensibilização da sociedade sobre os seguintes temas: importância da saúde e da segurança no trabalho; prejuízos pessoais e sociais do trabalho infantil; benefícios do contrato de aprendizagem para a formação profissional de jovens; erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como proteção do trabalho de pessoas migrantes; respeito à equidade de raça, gênero e diversidade, além de fomentar ações de saúde e a prática de atividade física.

II) JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho possui diversos programas e iniciativas voltadas à promoção do trabalho decente e da justiça social, no âmbito da Justiça do Trabalho. Dentre eles, sob gestão regional do TRT 3ª Região, destacam-se: o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem; o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro; o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade e o Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante.

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

O Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, instituído pelo Ato nº 419/CSJT, de 11 de novembro de 2013, visa à erradicação do trabalho infantil no Brasil e à adequada profissionalização do adolescente, e conta com o apoio da Rede de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, composta por órgãos públicos e privados, incluindo a Justiça do Trabalho.

O Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, criado pela Resolução CSJT nº 367/2023, objetiva desenvolver ações permanentes voltadas à erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como à proteção ao trabalho de migrantes.

O Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, instituído pela Resolução CSJT nº 368/2023, afirma o compromisso contínuo da Justiça do Trabalho com a promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho.

O Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, instituído pela Resolução GP nº 164, de 15 de dezembro de 2020, tem como atribuições fomentar programas e ações vinculados à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, além de promover eventos relacionados ao tema, em cooperação com a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde.

Segundo a OIT, mais de 2 milhões de crianças e adolescentes são submetidos ao trabalho infantil no Brasil. Isso representa cerca de 25% do total de crianças ocupadas na América Latina. A OIT reforça a urgência de medidas eficazes para eliminar esse quadro.

Entre 2012 e 2021, o Brasil registrou 22.954 mortes no mercado de trabalho formal. Em 2021, foram comunicados 571,8 mil acidentes e 2.487 óbitos associados ao trabalho — um aumento de 30% em relação a 2020.

Além disso, os afastamentos por doenças ocupacionais, transtornos mentais como depressão, estresse e ansiedade, permanecem elevados.

Nesse contexto, o TRT 3ª Região, buscando ampliar a reflexão da sociedade, de seus magistrados e servidores, propõe, com a união dos gestores das áreas envolvidas, uma ação que divulgue e chame atenção para essas temáticas, contribuindo para sua conscientização e, indiretamente, para a redução desses índices.

Desde 2023, este Tribunal promove a Caminhada pelo Trabalho Decente e Saúde, que, em 2024, contou com expressiva participação das pessoas. Dado o sucesso, entende-se que o evento deve ser contínuo e aprimorado anualmente.

Na abertura do evento, haverá apresentação dos programas institucionais do TRT 3ª Região, suas finalidades e entidades parceiras, seguida da realização da caminhada. Serão distribuídos materiais informativos e kits com camisetas para maior visibilidade e engajamento da população, garantindo que a presença da atividade seja amplamente percebida na cidade e desperte o interesse da sociedade.

Eventos como corridas e caminhadas são amplamente populares em Belo Horizonte e em todo o país, como a Volta Internacional da Pampulha, prevista para dezembro de 2025, nesta capital. A proposta da caminhada busca atrair um público expressivo, estimular a prática de atividades físicas e promover um estilo de vida saudável.

A caminhada representa, ainda, uma oportunidade de integração social entre magistrados, servidores, terceirizados e a sociedade, destacando a importância de um ambiente de trabalho digno e seguro, da prática esportiva e da promoção de temas como: trabalho decente, prevenção de acidentes do trabalho, combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, equidade de raça, gênero e diversidade, proteção ao trabalho do migrante e erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas.

III) PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A caminhada deve ocorrer em 26 de outubro de 2025, devendo a contratação ser finalizada até julho de 2025.

IV) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação está alinhada ao Objetivo Estratégico 02 do Plano Estratégico 2021-2026 – Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade. Esse objetivo contempla ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

V) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DE COMPRAS

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, item 20.

VI) CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Há previsão de custeio no planejamento orçamentário conforme item 20 do PCA 2025 em conjunto com a alteração no SIGEO do valor previsto para a caminhada de 2025, conforme e-mail da Seção de Planejamento Orçamentário (anexos).

VII) NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

A contratação está sendo instruída pela Assessoria de Projetos e Contratações Especiais – APCE, com o auxílio do Núcleo de Apoio aos Programas Institucionais – NAPI, este último como integrante demandante, e dos Comitês Gestores Regionais dos Programas Institucionais, assim como do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde.

Tendo em vista que alguns componentes da solução demandam conhecimentos técnicos específicos, sugere-se a indicação de um servidor da Secretaria de Comunicação, de um servidor da Secretaria de Engenharia e de um servidor da Secretaria de Saúde, para atuarem como integrantes técnicos.

Integrantes Administrativos:

- Elaine Petrocchi da Costa Vieira (APCE)
- Clara Angélica Vieira Passos Rocha (APCE)
- Andressa Aparecida Carvalho Moura (APCE)
- Ana Maria Assis Hudson (NAPI)

Integrantes Técnicos:

- Cassiano Carneiro da Cunha Nóbrega Neto (SECOM)

- Pedro Jorge Albuquerque Tavares (SENG)
- Rodner Rodrigues Madureira de Almeida (SES)

VIII) CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE SOLUÇÃO PREDETERMINADA

O TRT 3ª Região tem promovido ações pela erradicação do trabalho infantil e pelo estímulo à aprendizagem, pela promoção da saúde e da segurança no trabalho, pelo enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, além da proteção ao trabalho do migrante, e pela equidade de raça, gênero e diversidade, tais como confecção e distribuição de cartilhas, parcerias com órgãos e entidades, oficinas, seminários, palestras, exposições e outros.

Em 2025, os Gestores Regionais dos Programas de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro, de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, em conjunto com a Coordenadoria do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, optaram pela realização de um evento esportivo, mais especificamente uma caminhada, que tem um amplo potencial de impacto e repercussão, sendo, portanto, ideal para a divulgação da importância da saúde e segurança do trabalho e para chamar a atenção para a necessidade de prevenção a acidentes de trabalho, ao combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem, ao combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, à proteção ao trabalho do migrante e à equidade de raça, gênero e diversidade nas relações sociais e de trabalho, além de incentivar a prática de exercícios físicos, fundamentais para uma boa qualidade de vida.

A escolha pela realização de uma caminhada este ano também guardou amparo no sucesso deste mesmo evento, realizado em 2023 e 2024, o qual contou com a expressiva participação das pessoas, com momentos destinados à divulgação dos Programas, estimulando a reflexão e a conscientização da sociedade acerca de temas de tamanha relevância, além de promover a saúde do público em geral, por meio da prática do esporte.


Ressalte-se que, dentre os vários eventos esportivos passíveis de realização, deu-se preferência à caminhada, por ser considerada a atividade mais democrática, com maior potencial de inclusão e alcance, tendo em vista que outros esportes mais específicos poderiam constituir um limitador de público. Considerou-se, ainda, fazer uma corrida em conjunto com a caminhada, porém, devido a questões orçamentárias (já que seus custos são mais altos), decidiu-se pela realização da caminhada, somente.

IX) CONSIDERAÇÕES DO DECISOR SOBRE A AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Considerando que há solução predeterminada, os estudos técnicos preliminares irão identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, demonstrar sua viabilidade técnica e econômica e fornecer as informações necessárias para o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

□

X) ASSINATURA DO DECISOR:

Documento assinado digitalmente
 ANA MARIA ASSIS HUDSON
 Data: 07/05/2025 10:51:41-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura:

Nome:

ANA MARIA ASSIS HUDSON

Cargo:

CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO A PROGRAMAS INSTITUCIONAIS